



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO
DE
2017

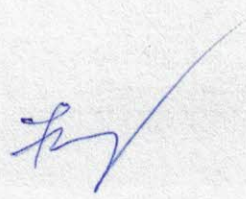
ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
Demonstração dos Resultados	3
Demonstração das Mutações Patrimoniais	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 16

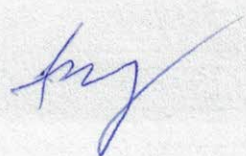
**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em Reais)**

ATIVO	Notas	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE			
Bancos - Contas Movimento	4	4,00	108.989,15
Bancos - Aplicações Financeiras	5	195.369,85	61.743,62
Adiantamentos a Empregados	6	63.994,47	128.385,29
Impostos Recuperáveis		5.779,81	-
Créditos de Contr. Emerg. de Gestão e Convênio	7	-	967.668,54
		265.148,13	1.266.786,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	14.161,85	19.681,21
		14.161,85	19.681,21
TOTAL DO ATIVO		279.309,98	1.286.467,81
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		193.678,76	178.455,94
Obrigações Trabalhistas	9	567.118,61	471.845,37
Obrigações Sociais e Fiscais	10	228.354,38	178.082,56
Contas a Pagar		11.120,74	13.107,80
Provisões para Férias e Encargos		1.052.501,34	918.315,06
Provisões para Contingências	11	230.843,50	230.843,50
		2.283.617,33	1.990.650,23
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Bens Públicos em nosso poder	12	14.161,85	19.681,21
		14.161,85	19.681,21
PASSIVO A DESCOBERTO			
Patrimônio Social		(723.863,63)	(2.259.583,88)
Superávit / (Déficit) do Exercício		(1.294.628,46)	1.535.647,26
Transferências Patrimoniais		22,89	72,99
		(2.018.469,20)	(723.863,63)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		279.309,98	1.286.467,81






DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em Reais)

	Notas	2017	2016
RECEITAS LÍQUIDAS		10.819.500,46	13.192.245,41
Contrato Emergencial de Gestão e Convênio	13	10.820.512,69	13.185.948,89
Realização de Bens Públicos em nosso poder		5.519,79	6.296,52
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(6.532,02)	-
CUSTOS		(12.083.126,96)	(11.223.120,63)
Pessoal e Reflexo	15	(11.069.391,80)	(10.515.088,37)
Serviços Terceirizados	16	(1.009.405,48)	(704.812,96)
Materiais de Consumo		(4.329,68)	(3.219,30)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	20	(2.140.918,20)	(2.096.799,50)
(-) Isenção da CPP Usufruída	20	2.140.918,20	2.096.799,50
(=) RESULTADO BRUTO		(1.263.626,50)	1.969.124,78
DESPESAS		(95.237,02)	(441.102,07)
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.538,55)	(10.351,18)
Despesas Gerais	17	(91.698,47)	(199.907,39)
Provisões para Contingências		-	(230.843,30)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		43.100,90	60.111,09
Outras Receitas		43.100,90	60.111,09
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(1.315.762,62)	1.588.133,80
RESULTADO FINANCEIRO	14	21.134,16	(52.486,54)
Receitas Financeiras		34.432,16	11.652,65
(-) Despesas Financeiras		(13.298,00)	(64.139,19)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(1.294.628,46)	1.535.647,26



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Ajustes Patrimoniais	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2016	3.147.964,04	(1.429.443,24)	(3.978.104,68)	-	(2.259.583,88)
Incorporação do Déficit Anterior	(1.429.443,24)	1.429.443,24	-	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	(3.978.104,68)	-	3.978.104,68	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	72,99	72,99
Superávit do Exercício	-	1.535.647,26	-	-	1.535.647,26
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.259.583,88)	1.535.647,26	-	72,99	(723.863,63)
Incorporação do Superávit Anterior	(1.535.647,26)	1.535.647,26	-	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	72,99	-	-	(72,99)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	22,89	22,89
Déficit do Exercício	-	(1.294.628,46)	-	-	(1.294.628,46)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(723.863,63)	(1.294.628,46)	-	22,89	(2.018.469,20)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em Reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(1.294.628,46)	1.535.647,26
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	64.390,82	(9.706,78)
Impostos Recuperáveis	(5.779,81)	-
Créditos com Convênios	967.668,54	(967.668,54)
Outros Créditos	-	16,38
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	15.222,82	(16.466,20)
Obrigações Trabalhistas	95.273,24	603,88
Obrigações Sociais e Fiscais	50.271,82	(35.459,91)
Provisões para Férias e Encargos	134.186,28	1.482,48
Provisões para Contingências	-	230.843,50
Outras Obrigações	(1.987,06)	5.365,87
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	24.618,19	744.657,94
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	-	(625.963,57)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	22,89	72,99
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	22,89	(625.890,58)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	24.641,08	118.767,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	170.732,77	51.965,41
Disponibilidades no Final do Exercício	195.373,85	170.732,77
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	24.641,08	118.767,36



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes** o Contrato Emergencial de Gestão nº 116/2017, celebrado em 27 de outubro de 2017, visando o apoio à gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde da atenção básica (equipes de Estratégia de Saúde da Família e de Consultório de Rua); dos programas estratégicos da rede municipal de saúde; e vigilância em saúde (controle de vetores).

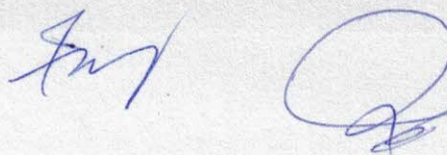
A Entidade, para fazer frente ao déficit e passivo a descoberto, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.



2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016.



3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2017 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2016. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.g) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por convênio e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.h) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.



3.j) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2017	2016
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 187.869-7	1,00	108.988,15
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 199.466-2	1,00	1,00
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 9.860-4	1,00	-
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 9.863-9	1,00	-
	4,00	108.989,15

5. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 187.869-7	1.039,56	-
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 199.466-2	98.402,69	61.743,62
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 9.860-4	95.585,20	-
Banco Bradesco S.A. – Conta nº 9.863-9	342,50	-
	195.369,95	61.743,62

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

	2017	2016
Adiantamentos de Férias	63.994,47	128.385,29
	63.994,47	128.385,29



7. CRÉDITOS DE CONTRATO EMERGENCIAL DE GESTÃO E CONVÊNIO

	2017	2016
Convênio 2436/2009 (Atenção Básica)	-	885.018,60
Convênio 2436/2009 (Vigilância em Saúde)	-	82.649,94
	-	967.668,54

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2017	2016
Máquinas e Equipamentos	10%	52.019,68	52.025,88
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.478,06	2.478,06
Equipamentos de Informática	20%	2.281,80	2.281,72
Móveis e Utensílios	10%	7.654,25	7.647,70
(-) Depreciação Acumulada		(50.271,94)	(44.752,15)
		14.161,85	19.681,21

Conforme preceituado no convênio firmado entre o CEJAM e a Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido convênio é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2017	2016
Salários a Pagar	567.118,61	471.845,37
	567.118,61	471.845,37

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2017	2016
INSS a Recolher	59.385,63	37.149,29
FGTS a Recolher	81.909,47	71.754,77
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	11.050,19	4.701,14
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	-	12.077,14
IRRF a Recolher	75.979,83	52.311,03
CSRF a Recolher	29,26	89,19
	228.354,38	178.082,56




11. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2017	2016
Provisões para Contingências Trabalhistas	230.843,50	230.843,50
	230.843,50	230.843,50

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 422.560,24, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2017
De natureza Trabalhista	422.560,24
	422.560,24

12. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 14.161,85 em 2017 e R\$ 19.681,21 em 2016, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.



13. RECEITAS COM CONTRATO EMERGENCIAL DE GESTÃO E CONVÊNIO

	2017	2016
Convênio 2436/2009 (Programas e Projetos)	4.208.046,16	13.185.948,89
Contrato Emergencial de Gestão	6.612.466,53	-
	10.820.512,69	13.185.948,89

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Rendimentos de Aplicações Financeiras	34.372,42	11.564,55
Descontos Obtidos	59,74	88,10
(-) Despesas Bancárias	(7.816,95)	(64.086,00)
(-) Juros e Mora Comerciais	(5.391,12)	-
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(89,93)	(53,19)
	21.134,16	(52.486,54)

15. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2017	2016
Remunerações	8.737.083,23	8.212.303,17
Benefícios	1.406.697,29	1.446.733,44
Encargos Sociais	925.611,28	856.051,76
	11.069.391,80	10.515.088,37

16. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2017	2016
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	1.009.405,48	704.812,96
	1.009.405,48	704.812,96



17. DESPESAS GERAIS

	2017	2016
Aluguéis de Veículos	80.071,00	192.385,96
Aluguéis de Equipamentos	720,00	-
Administrativas	4.747,68	690,48
Eventos	640,00	-
Outras Despesas Gerais	5.519,79	6.830,95
	91.698,47	199.907,39

18. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

19. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.



Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

“Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores”.

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2017 e 2016. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como “provável” a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

20. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2017 foi de R\$ 2.140.918,20 (em 2016 de R\$ 2.096.799,50) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2017	2016
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	2.140.918,20	2.096.799,50
	2.140.918,20	2.096.799,50
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(2.140.918,20)	(2.096.799,50)
	0,00	0,00

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.



21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2017, caso a obrigação devida fosse.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.


Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2017, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%

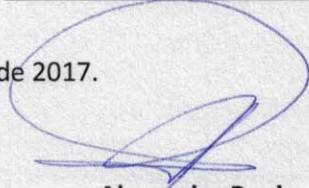
Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2017 foi de R\$ 324.585,01 (em 2016 R\$ 533.975,61), distribuída da seguinte forma:

	2017	2016
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	324.585,01	395.767,36
CSLL	Não aplicável	138.208,25
	324.585,01	533.975,61

São Paulo, 31 de dezembro de 2017.



Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente



Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3